

Dauster confia em acordo mais rápido com credores sobre os juros atrasados

por Claudia Safatle
de Brasília

O embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida externa, estava confiante na possibilidade de fechar um acordo com os bancos credores, sobre os juros atrasados de US\$ 8 bilhões, aproximadamente, muito em breve. "Não há prazo. A cada dia há um progresso e não vamos sacrificar a natureza da decisão por causa de pressa." A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, chegou a considerar a hipótese de interromper a negociação por um período e recomendar o retorno do embaixador ao Brasil. Ele está desde o dia 6 de fevereiro passado em Nova York.

De acordo com uma fontes oficiais, foi o próprio embaixador que sugeriu à ministra da Economia que seria mais conveniente continuar negociando, já que estava próxima a possibilidade de um desfecho para a questão dos atrasados.

Segundo uma fonte qualificada do governo, Dauster melhorou a proposta brasileira nos últimos dias e isso teria dado um novo ânimo na mesa de negociação a partir da segunda-feira última. O embaixador não fala sobre detalhes da proposta brasileira e disse, também, não se abalar com as pressões que estão sendo feitas pelo grupo dos 7 (os governos dos sete países mais ricos), que teve como último lance o bloqueio de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o País.

"Trata-se de uma interferência espúria", reagiu o embaixador, referindo-se à atitude dos governos credores de subordinar a aprovação de empréstimos do BID a um fechamento do acordo com os bancos credores. O episódio chegou a colocar em questão a própria presença da ministra da Economia na assembléia anual do BID em Nagoia, Japão. Ela, porém, confirmou que irá à reunião de Nagoia, no final desta semana, e o tom do seu discurso dependerá da evolução dos acontecimentos.

Dauster disse que, na realidade, não há nada fechado no acordo sobre os atrasados. A própria cifra, US\$ 8 bilhões, será objeto de conciliação entre o Banco Central (BC) e os bancos credores, já que houve conversões informais que não foram oficialmente abatidas dos registros do BC. Diversos itens da proposta são coincidentes, mas como o acordo será fechado dentro de um pacote, todos



Jório Dauster

estão subordinados entre si. Ou seja, a estrutura básica fechada é a seguinte:

- Haverá um pagamento "cash" de cerca de 25% do valor dos atrasados, com um desembolso tão logo esteja firmado um protocolo entre o governo brasileiro e os bancos credores e mais parcelas iguais até dezembro deste ano.

- Os bônus referentes ao pagamento da parcela restante, de cerca de 75% do estoque de atrasados, só serão emitidos aos bancos quando houver um protocolo ("term-sheet") também assinado entre as partes sobre a renegociação da dívida de médio e longo prazos. Com isso, fica assegurada a vinculação entre atrasados e estoque da dívida (de US\$ 52 bilhões com os bancos privados) necessária para enquadrar os pagamentos externos à disponibilidade fiscal do governo brasileiro.

- Falta, ainda, estabelecer a carência dos bônus e o prazo de resgate. Ontem, fontes oficiais mencionavam uma concordância do prazo de resgate dos papéis em 10 anos. A carência estaria entre 2 e 4 anos.

- O embaixador disse que já estaria assegurado o esquema de amortizações crescentes, começando com um percentual bastante baixo nos primeiros anos, que são os mais críticos para a economia interna, com aceleração posterior.

- As taxas de juro que remunerarão esses bônus é que representam o problema maior. Enquanto os bancos insistem em Libor flutuante mais 13/16 (equivalente a um "spread" de 0,8125%), o governo brasileiro mantém a posição de taxas fixas, ou um teto máximo para variação dos juros, afinal, concordar com juros flutuantes poderia implicar aceitar elevação de juros internacionais realimentando a dívida, como ocorreu no passado.

Nesse ponto, Dauster está confiante.